TENDA DE DECORAÇÕES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 01961/960813; identificação de pessoa colectiva n.º 503707520; inscrições n.ºs 5 e 6; números e data das apresentações: 4 e 5/201102.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Aumento de capital, redenominação e renominalização deste com alteração do contrato.

Capital: 3 500 000 euros, após o reforço de 8414,72 euros, realizado por incorporação de reservas legais e subscrito por todos os accionistas na proporção das suas acções.

Alterado: artigo 5.º

ARTIGO 5.º

O capital social é de três milhões e quinhentos mil euros, dividido em setecentas acções ao portador, com o valor nominal de cinco mil euros cada uma, sendo seiscentas e noventa acções pertencentes ao accionista Serafim Manuel Marques Martins, sete acções pertencentes à accionista Maria Teresa da Silva Mendes, três acções pertencendo uma a cada um dos accionistas Artur Brás Marques, Manuel Mendes e Zélia Vieira.

Designação dos membros dos órgãos sociais: 26 de Janeiro de 2002.

Triénio de 2002-2005.

Conselho de administração: presidente — Serafim Manuel Marques Martins, Rua do Marechal Saldanha, 445, ent. 1, 6.º, hab. 16, Porto; administradores — Maria Teresa da Silva Mendes, Rua do Marechal Saldanha, já referida e Manuel Mendes, Rua de António Ferreira Pinto, 198, Maia, todos casados.

Conselho fiscal: presidente — António José da Silva Duarte, Rua de São Pedro, 22, Pedroso, Carvalhos; vogais — António Pedro Pinto Martins Brás Marques, Avenida de Francelos, 864, Gulpilhares, Vila Nova de Gaia e Artur Daniel Pinto Martins Brás Marques, Praceta de D. Manuel I, 62, Mindelo, Vila do Conde, casados; suplente — Ledo, Morgado & Associados, L.ª, representado por Jorge Manuel Felizes Morgado, casado, Praça do Bom Sucesso, 16, 13.º, Porto.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

29 de Janeiro de 2003. — A Primeira-Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 1000180384

SOCIEDADE DE AGRICULTURA DE GRUPO DE IRMÃOS ARAÚJO COSTA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 00755/860407; identificação de pessoa colectiva n.º 501661794; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 1/271202.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Aumento de capital e redenominação deste com alteração do contrato.

Capital: 122 699,48 euros, após o reforço de 114 723,52 euros, realizado em dinheiro e subscrito por Manuel Araújo da Costa, Vítor Araújo da Costa, Jorge Araújo da Costa e Aurélio Joaquim Araújo da Costa, divorciado — 28 680,88 euros, cada.

Foram alterados os artigos 12.º e 13.º

ARTIGO 12.º

1 — O capital social é de cento e vinte e quatro mil seiscentos e noventa e nove euros e quarenta e oito cêntimos e está dividido em cinco quotas, sendo três quotas iguais de valor nominal de trinta e um mil cento e setenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos, cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Manuel Araújo da Costa, Vítor Araújo da Costa e Jorge; Araújo da Costa, uma de valor nominal de dois mil quatrocentos e noventa e três euros e noventa e nove cêntimos e outra de valor nominal de vinte e oito mil seiscentos e oitenta euros e oitenta e oito cêntimos pertencentes ao sócio Aurélio Joaquim Araújo da Costa.

ARTIGO 13.º

A quota de cada um dos sócios Manuel, Vítor e Jorge na importância de trinta e um mil cento e setenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos e as quotas do sócio Aurélio Joaquim, nas importâncias,

respectivamente, de dois mil quatrocentos e noventa e três euros e noventa e nove cêntimos e vinte e oito mil seiscentos e oitenta euros e oitenta e oito cêntimos, estão integralmente realizadas.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

4 de Fevereiro de 2003. — A Primeira-Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 1000194433

OLISAN — PRODUTOS DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 03936/041026; identificação de pessoa colectiva n.º 507072529; número e data da apresentação: 5/27102004.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato social:

1.º

A sociedade adopta a firma OLISAN — Produtos de Manutenção Industrial, L.ª

2.º

1 — A sede da sociedade é na Rua de 5 de Outubro, 2000, Edifício Vila Norte, loja 6, na cidade, freguesia e concelho de Vila do Conde.

2 — Por simples decisão da gerência, a sede social poderá ser transferida para outro local, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação.

3.º

A sociedade tem por objecto comércio por grosso de produtos químicos.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros, e corresponde à soma de duas quotas iguais com o valor de dois mil e quinhentos euros, uma da cada um dos sócios Augusto Ferreira dos Santos e Magda Filipa Gomes Santos.

5.º

1 — Podem ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital, até ao montante de cem mil euros.

2 — Os sócios poderão efectuar os suprimentos de que a sociedade carecer, no montante e nas condições acordados em assembleia geral.

6.º

A administração e a representação da sociedade incumbem a u ou mais gerentes, ficando desde já nomeados gerentes os sócios Augusto Ferreira dos Santos e Magda Filipa Gomes Santos.

1 — Para obrigar a sociedade basta a intervenção de um gerente.

2 — A gerência será ou não remunerada, conforme for deliberado em assembleia geral.

3 — Ficam compreendidos nos poderes de gerência, os poderes para compra e vender veículos automóveis e celebrar contratos de locação financeira e aluguer de longa duração para a sua aquisição.

7.º

A cessão de quotas é livremente permitida entre sócios; nos restantes casos, mesmo gratuitas, depende de prévio consentimento da sociedade, à qual em primeiro lugar e aos restantes sócios em segundo, fica reservado o direito de preferência na cessão.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

13 de Dezembro de 2004. — A Primeira-Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 2008119734

IRMÃOS NOGUEIRA — ELECTRICIDADE E PICHELARIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 02785/20001106; identificação de pessoa colectiva n.º 505167298; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3 e 4/06102004.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Cessação de funções de gerente de Luísa Maria da Rocha Nogueira, por renúncia, em 16 de Julho de 2004.

Alteração do contrato: foram alterados os artigos: 4.º e 8.º

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de cinco mil euros, e está dividido em três quotas, sendo uma do valor nominal de mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos pertencente à sócia Manuela Rocha Nogueira Resende e duas do valor nominal de mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos, cada uma, pertencentes uma a cada um dos sócios António da Rocha Nogueira e Pedro da Rocha Nogueira.

ARTIGO 8.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme deliberação em assembleia geral, fica afectada aos sócios António da Rocha Nogueira e Pedro Dinis da Rocha Nogueira que são desde já nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, e a representar em juízo ou fora dele, activa ou passivamente é suficiente a assinatura de um gerente nomeado.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

21 de Outubro de 2004. — A Primeira-Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 2008119084

CIMAR — FÁBRICA DE CARROÇARIAS E BASCULANTES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 00306/770815; identificação de pessoa colectiva n.º 500703582; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 5/26102004.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi transformada em sociedade anónima, passando a reger-se pelo contrato constante dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Firma, sede, objecto e duração

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma CIMAR — Fábrica de Carroçarias e Basculantes, S. A.

2 — A sua duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

1 — A sede social é no lugar de Cangas, freguesia de Árvore, concelho de Vila do Conde.

2 — Por simples deliberação do conselho de Administração ou do administrador único, a sede poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, e poderão ser criadas sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto o fabrico de carroçarias e basculantes, comércio de reboques, componentes e equipamentos para a indústria de camionagem, importação e exportação (CAE 34200).

CAPÍTULO II

Capital, acções e obrigações

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de quatrocentos mil euros, e divide-se em quatrocentos mil acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

ARTIGO 5.º

Os accionistas são obrigados a prestações acessórias nas seguintes condições:

1 — As prestações acessórias consistirão em entregas em dinheiro à sociedade, sem contrapartida por parte desta, até ao limite máximo correspondente a cinco vezes o seu capital social.

2 — O montante, momento e demais condições de cada chamada serão definidos dentro dos limites previstos no presente artigo, por deliberação dos accionistas em assembleia geral, tomada por maioria qualificada de dois terços dos votos correspondentes ao capital.

3 — A obrigação de cada accionista será proporcional à sua participação no capital social da sociedade.

4 — Em qualquer momento, por deliberação dos accionistas em assembleia geral tomada com os votos dos que tenham efectuado prestações acessórias, pode o capital ser aumentado por conversão dos respectivos créditos.

ARTIGO 6.º

1 — As acções são nominativas ou ao portador e livremente convertíveis.

2 — As acções podem revestir a forma meramente escriturai ou incorporar-se em títulos de 1, 5, 10, 100, 500, 1000 e 10 000 acções, sendo permitida a sua concentração ou divisão.

3 — Os títulos definidos ou provisórios, representativos das acções, conterão as assinaturas de dois administradores, podendo uma ser de chancela, ou do administrador único.

ARTIGO 7.º

A sociedade pode participar em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico e, bem assim, adquirir, originária ou subsequentemente, acções ou quotas em sociedades de responsabilidade limitada, qualquer que seja o objecto destas e embora sujeitas a leis especiais.

ARTIGO 8.º

1 — Nos aumentos de capital da sociedade os accionistas terão direito de preferência na subscrição de novas acções relativamente a quem não for accionista.

2 — O direito de preferência referido no número anterior será exercido pelos accionistas preferentes nos termos estipulados no artigo 458.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 9.º

1 — Observadas as limitações impostas por lei, a sociedade pode adquirir acções próprias e praticar sobre elas todas as operações que se mostrem convenientes ao interesse social.

2 — Enquanto pertencerem à sociedade, as acções não têm quaisquer direitos sociais, salvo o de participação em aumentos de capital por incorporação de reservas e se a assembleia geral não deliberar em sentido diverso.

ARTIGO 10.º

A sociedade poder emitir acções preferenciais sem voto, converte acções ordinárias em acções preferenciais sem voto, sem conformidade com o que for deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 11.º

1 — A sociedade poderá emitir obrigações sob qualquer das formas previstas na lei e em conformidade com o que for deliberado em assembleia geral.

2 — Observadas as limitações impostas por lei, a sociedade poderá adquirir obrigações próprias e praticar sobre elas todas as operações que se mostrem convenientes ao interesse social.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

ARTIGO 12.º

São órgãos da sociedade a assembleia geral, o conselho de administração e o conselho fiscal ou fiscal único.

SECÇÃO I

Assembleia geral

ARTIGO 13.º

1 — A assembleia geral é constituída por todos os accionistas com direito de voto.